

ESTRATÉGIA DE DESARME

Em crise com o Congresso, governo tenta barrar benefício a juízes e frear bombas fiscais

CAMILA TURTELLI
E VICTÓRIA ABELE
@globo.com.br

No momento em que enfrenta dificuldades para controlar os gastos públicos, o governo prepara uma ofensiva para tentar barrar bombas fiscais gestadas pelo Congresso, mas esbarra na crise enfrentada pela articulação política. Com o desgaste na interlocução com o Parlamento enfrentado pelo ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e sem uma base sólida em votações, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, vai entrar mais uma vez em campo para dialogar com parlamentares e defender a sua agenda. Ele deve se encontrar nos próximos dias com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD), para tratar sobre o andamento de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que turbinou o vencimento de juízes, que pode gerar impacto estimado em até R\$ 42 bilhões por ano aos cofres públicos.

A PEC que instituiu o quinquênio aumenta 5% nos ganhos de magistrados e promotores a cada cinco anos. Na quarta-feira, o texto avançou na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado com votos favoráveis de senadores da base e sem uma efetiva atuação do Planalto. Além do penduricalho para o Judiciário, há ainda outras pautas com potencial de impactar as contas do governo em andamento no Congresso, como a apreciação dos vetos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em parte das emendas de comissão, previsto para a semana que vem, e a tramitação de uma proposta que incentiva o setor de eventos (Perse).

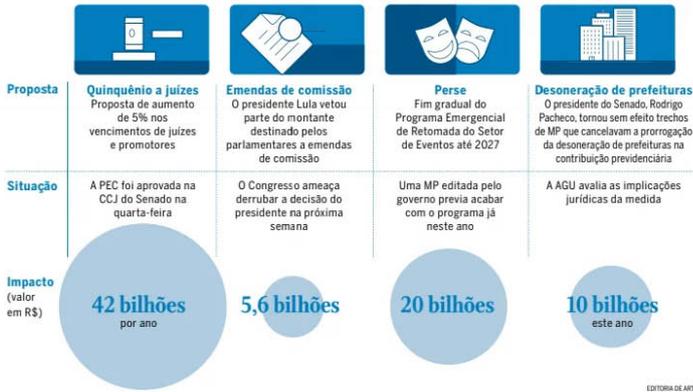
VOLTA ANTECIPADA
Ontem, o líder do governo no Congresso, Randolfe Rodrigues (Sem partido-AP) afirmou que Haddad deve se encontrar com Pacheco e criticou a avanço da medida. O ministro da Fazenda antecipou seu retorno de Washington (EUA), onde participa de agendas do G20, mas ainda não há data marcada com o senador. —Não me parece adequado o Congresso sinalizar uma matéria para o topo da carreira do funcionalismo público enquanto não há proposta para os servidores. O governo tem feito esforço fiscal em diferentes áreas. Vamos dialogar e pedir bom senso e reflexo do Congresso —disse Randolfe. Em relação ao chamado "quinquênio", o governo acredita que a medida terá como efeito o fim do teto salarial para o Judiciário, levando a uma bomba fiscal. Integrantes da equipe econômica destacam que a no-



Articulação. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG) e os ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Alexandre Padilha (Relações Institucionais)

NO RADAR

Propostas em tramitação no Congresso que preocupam o governo



Oposição planeja PEC das Drogas como arma

> Parlamentares de oposição apostam na PEC das Drogas para desgastar governistas no período pré-eleitoral. Por isso, pressionam o presidente da Câmara, Arthur Lira, para que pautar a matéria.

> Para que o tema avance, o projeto já aprovado no Senado precisa ser encaminhado à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, presidida pela bolsonarista Caroline de Toni (PL-SC). Depois, é necessário aguardar 40 sessões para votar em plenário.

> Na melhor das hipóteses segundo a oposição, a PEC teria um desfecho por volta de agosto, perto do período eleitoral, em que a pauta conservadora poderia ser explorada.

— A PEC das Drogas deve seguir o rito normal da Câmara, independentemente de quando irá a plenário — diz o deputado Elmar Nascimento (BA), líder do União Brasil e próximo de Lira.

> O Senado decidiu na última terça se antecipar a um julgamento em curso no STF e aprovou a inclusão na Constituição da posse ou do porte de drogas, independentemente da quantidade. (Gabriel Sabóia)

va remuneração será mais um penduricalho e, portanto, não precisará entrar no cálculo de limite de salários para o setor. Hoje, o limite que um juiz pode ganhar é R\$41,6 mil, teto dos ministros do Supremo.

Um dos compromissos do relator da PEC, Eduardo Gomes (MDB-TO), e de Pacheco é pautar os quinquênios junto com o projeto que limita os supersalários no funcionalismo público. Para aliados de Haddad e da ministra do Planejamento, Simone Tebet, porém, nenhum projeto aprovado compensaria o prejuízo com o penduricalho e que o "cê seria o limite" para a remuneração no Judiciário.

— Eu pessoalmente acho que é totalmente um retrocesso fora de qualquer res-

ponsabilidade fiscal ou mesmo de política de gestão de pessoas — afirmou o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA).

VETO A EMENDAS
Na Câmara dos Deputados também há desconhecimento. Em entrevista ao GLOBO, o líder do governo na Casa, José Guimarães (PT-CE), reconheceu que o rompimento entre o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e Padilha não é uma briga "trivial". Ele avalia que Padilha seria capaz de fazer um armistício, mas não vê sinais de entendimento partindo de Lira. O deputado tem mantido conversas com o ministro da Casa Civil, Rui Costa. Guimarães também criticou o desentendimento no diálogo en-

tre Executivo e Legislativo — A orientação do presidente Lula é que todas as matérias que vêm do Executivo sejam discutidas com os líderes antes. Às vezes, a matéria vem sem a gente ter conhecimento. É um erro. Vai editar uma Medida Provisória? Chame os líderes antes para conversar.

Na lista dos projetos que podem representar impacto ao governo está a provável derrubada do veto a parte das emendas de comissão, que foram inicialmente determinadas no valor de R\$11 bilhões na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), mas durante as negociações da Lei Orçamentária Anual (LOA) houve a ampliação para R\$16 bilhões. Lula vetou R\$ 5,6 bilhões deste valor, que os congressistas devem derrubar na quinta-feira.

Parlamentares destinaram um quinto de todos os recursos livres do Orçamento da União para 2024 sancionado pelo presidente Lula, mesmo com o veto dele de R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares. As verbas livres são aquelas sobre os quais o poder público pode escolher sua destinação, voltadas principalmente para investimentos e custeio da máquina pública. O percentual sob poder do Congresso ganhou corpo a partir de 2020, mas vinha caindo desde então.

Há ainda preocupação do governo com a manutenção do Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos (Perse), criado para mitigar os efeitos negativos da pandemia sobre negócios dessa área. O Ministério da Fazenda propôs o fim gradual do programa, com a reatuação das empresas que hoje têm descontos em impostos. Porém, os parlamentares resistem em abrir mão do benefício fiscal para as empresas do setor. O impacto, caso o programa de descontos continue como está, poderia chegar até R\$ 20 bilhões, segundo técnicos do governo.

Em outra frente, o governo também tenta retomar uma cobrança maior de impostos sobre folha de pagamentos dos municípios e empresas. A contribuição previdenciária de um grupo de setores sobre a folha de pagamento passaria de 10% em 2024 para 17,5% em 2027. Para outro, sairia de 15% em 2024 até atingir 18,75% em 2027. Depois disso, ambos pagariam 20%.

Entre as cidades, apenas municípios com até 50 mil habitantes terão benefício fiscal, e mesmo assim, com prazo limite até 2027, de acordo com a proposta do governo. Hoje, municípios com até 156 mil habitantes pagam 8% sobre salários. Já as empresas pagam 2% sobre a receita bruta.

EDITORIA DE ARTE

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Página:** 4